

Carlos Santos e a comissão em homenagem ao negro no Biênio da Colonização e Imigração no Estado do Rio Grande do Sul em 1974

Carlos Santos and tributes the black community in the Biennium of Colonization and Immigration in the State of Rio Grande do Sul in 1974

Arilson dos Santos Gomes*

Resumo: Este trabalho visa contribuir para o protagonismo político negro, bem como para demonstrar a participação de seus representantes nas atividades alusivas ao biênio da colonização e imigração no Rio Grande do Sul. Estado que, mesmo com as efusivas manifestações europeias, por intermédio dos seus parlamentares, reconheceu a importância dos afrodescendentes na formação cultural deste território. Na ocasião, o deputado negro Carlos Santos foi convidado para integrar a comissão do negro nas atividades. Por meio dos anais da Assembleia Legislativa e de bibliografia pertinente, pretende-se problematizar nuances destas homenagens. Concluindo que a atividade possibilitou o reconhecimento oficial da identidade negra e da trajetória política de Carlos Santos na história sul-rio-grandense.

Palavras-chave: Carlos Santos. Análise de Discurso. Nova História Política. Biênio da Colonização e Imigração.

Abstract: This work aims to contribute to the black political leadership, as well as to demonstrate the participation of its representatives in allusion the biennium of colonization and immigration in Rio Grande do Sul. Official activity that recognized the importance of black identity in the cultural formation of this territory. On occasion, the black congressman Carlos Santos was invited to join the organization committee in the activities. Through the annals of the Legislative Assembly and the relevant literature, we intend to examine their participation. Concluding that the activity allowed the official recognition of the

* Doutor e Mestre em História pelo PPGH-PUCRS, Professor da FAPA-RS.

black community as well as policy trajectory in Carlos Santos in the history of the State of Rio Grande do Sul.

Keywords: Carlos Santos. Discourse Analysis . New Political History. BienniumofColonizationandImmigration.

Carlos da Silva Santos nasceu em 1904 na cidade litorânea de Rio Grande, território de origem do Estado do Rio Grande do Sul.¹ Em sua infância, Santos conviveu com as necessidades de afirmação de uma família negra em um contexto pós-abolicionista, em que a comunidade negra carregava o estigma da escravidão.

A origem familiar de Carlos Santos, no entanto, foi em Pelotas, cidade vizinha de Rio Grande, espaço em que surgiu, segundo Beatriz Loner (2013), a primeira geração da família Silva Santos, constituída por dois africanos - José e Rosa - os quais, quando livres, assumiram os nomes de José da Silva Santos e Rosa da Costa Feijó. Loner (2013) constatou esses indícios por meio de investigações e cotejamento de escassas fontes auxiliadas pelos relatos de membros antigos, ainda vivos, da família. Contudo, a pesquisadora citou as dificuldades de definição da origem de José e Rosa, se eram africanos desembarcados na cidade ou alforriados nascidos no Brasil.

Manoel Conceição da Silva, filho do casal, nascido por volta de 1831, foi carpinteiro. Em 1860, morando na cidade de São Francisco de Paula, atual Pelotas, casou-se com Maria José dos Santos, filha de Manoel Antônio de Abreu e Balbina Maria da Conceição. Manoel Conceição da Silva, avô de Carlos Santos, foi abolicionista, proprietário do Jornal “A Voz do Escravo”, fundado em 16 de janeiro de 1881, sendo muito respeitado e considerado pela sociedade local, inclusive por suas posses.

Manoel e Maria José tiveram dez filhos, a maioria deles sujeitos influentes no meio negro de Pelotas e no meio operário de Rio Grande, sendo as mulheres professoras de música e os homens líderes abolicionistas. José da Silva Santos, um dos filhos, mudou-se para Rio Grande, onde foi professor em

¹Em 1737, sob o comando do brigadeiro Silva Pais, por ser uma região em disputa, Portugal ocupou definitivamente Rio Grande, construindo uma fortaleza e uma colônia de povoamento. Em 1751, a povoação foi elevada à categoria de vila, com a instalação de uma Câmara e a definitiva institucionalização do domínio político português (TORRES, 2004; KUHN, 2002).

sociedades operárias e líder em associações étnicas do município. Outro que mudou para Rio Grande foi Manoel Ramão Conceição dos Santos (1865-1905), pai de Carlos Santos.

Manoel Ramão era carpinteiro e Saturnina Bibiana da Silva Santos, a mãe, era professora de música e organista da Igreja Matriz de São Pedro (CLEMENTE; BARBOSA, 1994, p.12). Profissões comuns à origem familiar dos Silva Santos. Outro ponto a destacar sobre as relações da família foi a aproximação com a igreja, tanto para professar a fé quanto para a negociação política. Seria essa relação uma estratégia de sobrevivência?

As informações quanto à profissão do seu pai e de sua mãe demonstram que Carlos Santos era oriundo de um núcleo familiar estruturado e protagonista na mediação política a favor das comunidades negras durante e após a escravidão, ocorrida em Pelotas no ano de 1884. Essa condição, próxima à igreja, somada às técnicas laborais e à participação associativa, diferentemente da maioria da população negra que após a liberdade permaneceu sem a assistência social, fez a diferença para a manutenção material da família.

Em Rio Grande, em 1888, havia 3.710 estrangeiros na população total do município, sendo quase a metade composto de portugueses, depois aparecendo italianos, alemães, franceses e ingleses. Esses estrangeiros corresponderiam a 18,3% da população total, enquanto 5.573 eram negros ou pardos (27,48%) (LONER, 1999, p.67), correspondendo à expressiva demografia afrodescendente.

De maneira abrangente, no pós-abolição brasileiro, o negro libertado recebeu poucos incentivos de inserção por parte do estado, além da discriminação racial cotidiana. Contudo, no caso do Rio Grande do Sul, Loner (1999) destacou que, nos municípios de Rio Grande e Pelotas, a integração dos libertos negros ocorreu nas indústrias, sendo esses integrados ao operariado, diferente do centro do país que optou pela mão de obra imigrante.

Todavia, foi fundamental o apoio pontual aos pais de Carlos Santos pela Igreja Matriz de São Pedro, já que sua mãe tocava órgão nos cultos e missas realizadas pela paróquia. Essa situação fez a diferença na formação de Carlos Santos, já que, em virtude dos contatos e com os auxílios da fé cristã, obteve um fio condutor moral de suas práticas culturais, políticas e materiais.

Profissionalmente, na função de caldeireiro,² Carlos Santos trabalhou em estaleiros navais e, em virtude de seus talentos oratórios, tornou-se líder sindical além de ter participado de associações étnicas (LONER, 2013). Entre 1935 e 1937, assumiu como deputado classista, representando os operários de Rio Grande na Assembleia Legislativa do Estado, em Porto Alegre.³ Durante sua permanência como classista, fundou sindicatos em diversas cidades do Rio Grande do Sul, além de ter participado de congressos trabalhistas no Rio de Janeiro.

Com o decreto do Estado Novo (1937), retornou a sua terra natal para trabalhar na função de delegado escolar na escola Lemos Júnior, onde passou a cuidar do cotidiano administrativo da instituição escolar. Lá acompanhou os desfechos da II Guerra Mundial e a capitulação das ideias nazistas, bem como as negociações de Getúlio Vargas (1882-1954) com os países beligerantes. Na ocasião, o presidente do Brasil, Eurico Gaspar Dutra (1883-1974), decidiu-se pelas ideias liberais vinculadas aos Estados Unidos da América.⁴

Com o final do Estado Novo, Santos concorreu ao parlamento sul-riograndense pelo Partido Social Democrático (PSD), em 1947, ficando na suplência do deputado Tarso de Moraes Dutra (1914-1983), assumindo a vaga em três ocasiões.

Com dificuldades para estudar, já que estava trabalhando desde os 11 anos de idade, em 1951, aos 46 anos formou-se em Direito, na época, pela

²O caldeireiro é o responsável por executar o traçado de peças em material de aço carbono, inox, cobre, alumínio, chapa de ferro etc.

³Deputado classista foi uma categoria de deputado criado na Constituição brasileira de 1934 que procurou assegurar a representação dos trabalhadores no parlamento, consolidando a organização das categorias em sindicatos. Conforme o registrado no primeiro discurso de Carlos Santos como deputado classista na Assembleia em 26 de outubro de 1935, o político relacionava de maneira peculiar, a causa dos trabalhadores à situação dos negros após 1888, ano formal da libertação. Mas, para ele, a carta de alforria dos trabalhadores deveria ser na “letra e na prática” ao invés da saída do cativo a execução do “código de trabalho”, possibilitando uma nova abolição ou como costumava dizer, “Uma segunda abolição” (SANTOS, 1937, p.36).

⁴No campo da disputa política para enfrentar a “redemocratização”, mesmo fora do poder, Getúlio Vargas cria dois partidos, dirigidos a diferentes clientelas: o Partido Social Democrático - PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. O primeiro reunia ruralistas, banqueiros, industriais e altos administradores, e o segundo, que além de reunir representantes da burguesia urbana, se concentrava na organização da liderança trabalhista. Porém, Ferreira explica que, no Rio Grande do Sul, o PTB foi fundado exclusivamente por um grupo de sindicalistas, que, desde os anos de 1930, lutavam por leis sociais e reconhecimento político. O historiador assevera que a fundação do partido no estado, por José Vecchio, em 1945, foi o resultado das tradições que circulavam entre os próprios trabalhadores, antes e depois de 1930. O PTB, em última análise, era para ele a institucionalização do trabalhismo em um partido político. (SADER, 1982, p. 138; FERREIRA 2004, p. 279-294).

Faculdade de Pelotas da Universidade do Rio Grande do Sul.⁵Neste mesmo ano, Getúlio Vargas, principal líder do trabalhismo, retornou como presidente eleito, até 24 de agosto de 1954, quando suicidou-se.

Contudo, foi no trabalhismo que Carlos Santos encontrou campo às suas reivindicações, já que o programa político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) contemplava aspectos alusivos às questões raciais e à harmonização das classes. Como católico fervoroso (CLEMENTE, 1994), pregava o equilíbrio das relações sociais e a importância da família.

Carlos Santos foi deputado estadual em outras quatro ocasiões. Primeiro, junto aos quadros do PTB, por duas vezes, na 40^a e 41^a legislatura (1959-62 e 1963-66) e, após o Golpe Civil-Militar, no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), novamente, por duas vezes (1966-70 e 1971-74), na 42^o e 43^o legislaturas. Foi governador interino em 1967, em duas ocasiões. De 1975 até 1982, Santos exerceu o cargo de deputado federal, perfazendo 50 anos de carreira pública. Faleceu em Porto Alegre no ano de 1989.

Em 29 de novembro de 1974, Carlos Santos realizou sua última ação no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.⁶ Em decorrência de convite para sua participação na comissão de homenagens ao biênio da colonização e imigração.⁷

Este trabalho visa contribuir para o protagonismo político negro, bem como para demonstrar a participação de seus representantes nas atividades alusivas ao biênio da colonização e imigração no Rio Grande do Sul. Estado que, mesmo com as efusivas manifestações europeias tradicionais, por intermédio dos seus parlamentares, reconheceu a importância dos afrodescendentes na formação cultural deste território.

Mas quais foram as possíveis intencionalidades da alusão à identidade negra nesta atividade? Quais os motivos que levaram Carlos Santos a presidir a

⁵Carlos Santos foi o orador do discurso de colação de grau de sua turma realizado no Teatro 7 de Abril da cidade de Pelotas, no dia 22 de dezembro daquele ano (SANTOS, 1951, p.1-22).

⁶Com 38.665 votos, o deputado estadual Carlos da Silva Santos, na época com 69 anos de idade (completaria 70 anos no dia 9 de dezembro), obteve a 16^a colocação do Partido do MDB, em um total de 20 eleitos, ficando com a vaga de deputado federal. Portanto, esta atividade pode ser considerada sua última ação no parlamento sul-rio-grandense.

⁷As comemorações do Biênio da Imigração e Colonização eram relacionados aos grupos alemães que imigraram e colonizaram o Rio Grande do Sul, nos anos de 1824/25, portanto, as atividades do Biênio comemorados pela Assembleia do Estado faziam referência aos cento e cinquenta anos desse acontecimento.

Comissão de estudos do negro? Será que a atividade possibilitou o reconhecimento oficial da identidade negra, bem como da trajetória política de Carlos Santos em favor das populações negras locais?

Estudar a trajetória política de representantes no parlamento possibilita compreender como determinadas demandas atinentes às reivindicações dos grupos, sejam estas cobranças jurídicas ou sociais, possam se transformar em políticas públicas.

A perspectiva teórico-metodológica deste artigo aponta para a renovação da história política (RÉMOND, 2003), visto que o estudo será desenvolvido a partir da análise de discurso do parlamentar e as tensões sociais do contexto. Para Orlandi (2001, p.10), no momento em que o sujeito diz o que diz, ele se assume como autor. Seus sentimentos, seus desígnios, suas expectativas e sua determinação são identificados. O sujeito é determinado pela exterioridade, pela formulação discursiva, passível de contradições. Ainda segundo a autora, tratar a questão da ideologia é criar condições teóricas e metodológicas para observá-la; é observar o funcionamento do discurso.

As fontes documentais consultadas, anais, são oriundas dos acervos localizados no Memorial da Assembleia Legislativa do RS, correspondências pessoais localizadas em acervo pessoal de José Domingos Alves da Silveira, além de uma entrevista com Neiva Santos, filha de Carlos Santos. Serão investigadas, quantitativamente e qualitativamente, suas intervenções realizadas na Assembleia com as demais fontes, a fim de atingir os objetivos da pesquisa histórica, destinados a examinar os discursos pronunciados pelo deputado por ocasião do biênio da colonização e imigração.

Nos últimos anos, pesquisadores da história política têm se debruçado nos acervos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, abordando temáticas referentes às dinâmicas e às conjunturas político-sociais a partir dos discursos dos deputados gaúchos. Luiz Henrique Torres (2004), Cláudio Pereira Elmir (2005) e Flávio M. Heinz (2005) abordaram questões relevantes da política sul-rio-grandense em meio às fontes investigadas na Assembleia. Suas problemáticas, formuladas por meio de temas como democracia, autoritarismo e abertura política durante a trajetória republicana do Estado, foram importantes para a elaboração desta proposta.

O biênio da colonização e imigração e a produção histórica

O Biênio da Colonização e Imigração no Rio Grande do Sul comemorado nos anos de 1974/75 constituíram-se em homenagens oficiais do Estado para os grupos que contribuíram para a formação cultural, econômica, política e social do Rio Grande do Sul. Na ocasião, comemoravam-se o sesquicentenário da imigração alemã (1824), o centenário da imigração italiana (1875) e os 340 anos da entrada do negro no Rio Grande do Sul (1635).

Diante dessas iniciativas, patrocinadas pelo Estado, ocorreram os concursos de monografias de pesquisas sobre os grupos integrantes das homenagens do biênio: os alemães, os italianos e os negros. Os vencedores para publicar suas pesquisas foram: Carlos H. Hunsche, com o livro: “O biênio 1824/25 da colonização alemã no Rio Grande do Sul - Província de São Pedro (1975)”, Olívio Manfroi: “A colonização italiana no Rio Grande do Sul - implicações econômicas, políticas e culturais (1975)” e a obra de autoria de Claudio Moreira Bento, prefaciada por Carlos Santos, intitulada: “O Negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul” (1976). Todos publicados pelo Instituto Estadual do Livro do Estado (IEL).

Quanto às imigrações para o Estado, a primeira foi a dos alemães. Em 1824/25 ocorreu a vinda dos imigrantes da região que, a partir de 1871, seria denominada Alemanha. Os primeiros indivíduos a aportarem na região de São Leopoldo eram das seguintes localidades: Hunsruck, Saxônia, Wurtteerg e Saxônia-Coburg. Após, vieram da Renânia, Pomerânia, Silésia, Boêmia, Westfália, Holstein etc.

Esses grupos se fixaram, sobretudo, em Santa Cruz, Santo Ângelo, Nova Petrópolis, Teutônia e São Lourenço - municípios sul-rio-grandenses. Aqui, esses imigrantes trabalharam na pequena propriedade rural e até como força militar, entre mercenários e tropas regulares (FLORES, H. 2008, p.10).

Aliás, concordando com René Gertz (2012, p.243), “até os indígenas que habitavam o território que veio a se constituir o Rio Grande do Sul provinham de um processo de migração, isso significa que, a rigor, nesse estado, ninguém é ‘autóctone’”.

Contudo, também como nos aponta Gertz (2012, p.244), quando pesquisou a segunda fase do processo de imigração e colonização, iniciado entre os idos de 1870, já se pode afirmar que entram em nosso Estado, para colonizar, imigrantes alemães, pois, a Alemanha viria a se constituir como um Estado Nacional.⁸

Não se pretende, neste trabalho, aprofundar como e em quais condições ocorreram as imigrações para nosso Estado, embora seja uma característica importante para a compreensão dos estudos étnicos, todavia, aponta-se, nessa discussão, as bases para interpretar as comemorações instituídas na Assembleia por ocasião da efeméride da imigração e da colonização.

No mesmo ano do Biênio da Colonização e Imigração, ocorreram as comemorações do sesquicentenário da Imigração Alemã, que tinha como finalidade demonstrar e exaltar como ocorreu a vinda desses imigrantes para o Estado.

Por meio de um concurso estadual, citado, foi lançado pelo o IEL, a obra: “O Biênio da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul – Província de São Pedro”, de Carlos H. Hunsche (1975), contendo informações e pesquisas gráficas embasada nas fichas do Arquivo Nacional, referentes aos 1.027 colonos entrados no Rio Grande do Sul nos anos de 1824 e 1825.

A monografia de Carlos Hunsche (1975) defendeu, que a imigração e a colonização alemã no Rio Grande do Sul ocorreu por meio de 11 levas chegadas a São Leopoldo, enfatizada pelo autor como a colonização mais bem sucedida do país.

Em virtude, principalmente, de aspectos ligados ao clima, à vegetação e às florestas (que eram, segundo o autor, familiar ao *habitat* germânico), além de um sistema de produção baseado na pequena propriedade agrícola, esses elementos possibilitaram o desenvolvimento germânico no Rio Grande do Sul.

Porém, o autor - em que pese todos esses fatores - afirmou que, sem dúvidas, o fator mais importante foi a constelação humana que existiu no começo da colonização “e que, nesta forma ideal, nunca mais se repetiria

⁸Gertz (2012, p.258), aponta outros grupos de imigrantes que vieram nessa fase para nosso Estado como, além dos alemães, italianos, japoneses, judeus, poloneses.

durante toda a história da imigração e colonização alemã no Brasil” (HEUNSCHE, 1975, p.16).

Hunsche (1975) se referia a personalidades como o Major Jorge Antônio Schaffer, responsável pelas primeiras levas de imigrantes a chegarem nos navios, o Monsenhor Pedro Machado Miranda Malheiro, nomeado Inspetor da Colonização Estrangeira, o Dr. João Daniel Hillebrand, diretor da Colônia Alemã de São Leopoldo.

Esses imigrantes, a exemplo dos africanos, porém em condições diferentes, aportaram no Estado por via marítima a bordo do navio *Germânia*, do veleiro *Friedrich* e de barcos veleiros como o *Wilhelmine*, um transatlântico.

A respeito da imigração italiana, Olívio Manfroi (1975), em sua monografia, também escolhida para publicação, mas sobre os italianos, disse que “o fato mais impressionante e original das colônias italianas do Rio Grande do Sul foi a reconstrução cultural, em terras gaúchas, dos vilarejos italianos”. Além, disso “a reação dos imigrantes colocados em meio da floresta virgem, abandonados às próprias forças e iniciativa isolados da sociedade” foi um caso raro na civilização.

Mas, não foram somente europeus que adentraram no Rio Grande do Sul. Visando à composição de uma comemoração mais diversa, já que o contexto exigia, sendo a relação diplomática com a África-Lusa uma realidade, nada mais pertinente do que o Estado incorporar os descendentes de africanos nessas alusões.⁹

O ano de 1974, no dia 15 de março, foi marcado pela “posse” do novo general “presidente”, Ernesto Geisel (1907-1996), substituindo a Emilio Garrastazu Médici (1905-1985), que estava à frente do executivo desde 30 de outubro de 1969. Ernesto Geisel assumiu um país em crise, diferente dos anos de desenvolvimento que ocorriam desde o final do ano de 1967.

Com a crise econômica internacional, a partir de 1974, o governo Geisel redefiniu as funções supletivas da política externa ao nacionalismo de fins: a

⁹Existiu a partir da crise do petróleo de 1973-1974 a clara determinação do Brasil em atingir os mercados africanos. A diversificação da exportação associada às restrições impostas pelo protecionismo das grandes economias mundiais ajudaram em muito a inclinação brasileira pelo comércio com países daquele continente (SARAIVA, 1998, p.168).

diplomacia buscou a cooperação e expansão do comércio exterior (CERVO; BUENO, 2011, p.347).

Essa crise estava relacionada diretamente com a produção do petróleo. Ocorreu a necessidade de atrair e procurar parceiros externos para sanar a carência de combustíveis bem como para vender nossos manufaturados. O continente africano surge como alternativa e a identidade negra brasileira passa a representar, novamente, o vínculo cultural e político com o continente, o que antes estava limitado pela democracia racial.¹⁰

Aliás, o político, além de elogiar a democracia racial brasileira, denuncia o “barbarismo” racista identificado nos Estados Unidos da América no período.¹¹ Ou seja, o fato de que aparentemente no Brasilos negros, na época, não serem espancados ou acompanhados pela polícia ao entrarem em escolas e nos espaços públicos, era reconhecido como provas incontestes do “consenso racial”.

Carlos Santos era avesso a algumas políticas de reparação (como, por exemplo, das “Ações Afirmativas” tão discutidas, atualmente, em nosso país) por acreditar que a melhora do grupo negro se daria por meio de seus próprios esforços, obviamente, influenciado pelas crenças da democracia racial, pensamento que ele mudaria nos anos setenta.

Carlos Santos e as demandas da identidade negra

Na realidade, suas funções nas sociedades negras iniciaram antes das lides sindicais. Em pesquisas no jornal “O Exemplo”, José Antônio dos Santos (2011) localizou a “Liga de Futebol José do Patrocínio”, formada por negros do Estado que circulavam diversas regiões para a prática esportiva e a disputa do certame. O “S. C. Rio Negro”, que representava a comunidade negra da cidade de Rio Grande, tinha sido fundado em 16 de janeiro de 1919, estando localizado

¹⁰ A democracia racial - forte ideologia da época - representada pela “harmonia” racial existente em nosso país. Todavia, um mito aceito por Carlos Santos. Entretanto, a sua maneira, ele sempre que possível criticou às relações raciais brasileiras, mas de maneira diferente dos movimentos negros que primavam por reparações e pela aceitação simples e pura do racismo. Santos insistia no preconceito, baseado na cor da pele e nas condições econômicas de cada um citando o mérito, a exemplo da crença nos estudos, como uma das maneiras de o negro superar as dificuldades cotidianas (GOMES, 2014, p.111).

¹¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1963. Vol. 175. p.186-189.

entre os seus dirigentes Carlos da Silva Santos, com apenas 15 anos de idade (SANTOS, 2011, p.189-180).

Em Pelotas, Carlos Santos manteve contatos com a Frente Negra Pelotense e, por meio desta com a Frente Negra Brasileira. Em correspondência transcrita no Jornal A Alvorada, datada de agosto de 1934, confirma-se as relações políticas. Inclusive o tribuno transpareceu ter sido um simpatizante da organização, recebendo convite para participar de seus quadros e a participar da criação de um núcleo da associação em Rio Grande.¹² O que não ocorreu.

Porém, a outra *frente*, a de Pelotas, participou do congresso organizado por Gilberto Freyre (1900-1987) no Recife-PE no ano de 1934, tendo como representante Barros “O Mulato” que denunciou, em sua comunicação, o descaso social para com as mulheres negras. Nos outros encontros citados, embora o movimento fretenegrino tenha encerrado as suas atuações no decreto do Estado Novo de 1937, seus participantes apresentaram estudos e teses, denunciando o preconceito e a discriminação racial existentes na sociedade brasileira entre as décadas de 1930 e 1950.¹³

Carlos Santos, no intuito de continuar colaborando com sua comunidade fundou no dia 11 de junho de 1936 o Centro Cultural Marcilio Dias. A instalação oficial do centro ocorreu no Teatro 7 de setembro, na cidade de Rio Grande. Conforme Neiva Santos da Silva (1930), filha de Carlos Santos:

Lá em Rio Grande o clube de coração dele era o “Braço é Braço”, clube carnavalesco. Quando moço, ele saía no clube no carnaval, já o clube Marcilio Dias era a menina dos olhos dele lá, ele falava sobre a raça e sobre a cultura, funcionava lá um grupo escolar (...).¹⁴

¹² Jornal A “ALVORADA” de Pelotas, 10 de agosto de 1934, p.1.A Frente Negra Brasileira, organização negra, fundada em São Paulo, e as suas existências em diversos cantos do Brasil, com núcleos na Bahia, Rio Grande do Sul e de Pernambuco. (GOMES, 2008). Na historiografia brasileira, bem como em outras áreas das ciências humanas, existe um número considerável de pesquisas sobre a Frente Negra, bem como sobre os congressos afro-brasileiros e negros (LUNA, 1976; FERNANDES, 1978; BASTIDE, 1979; SINGER; BRANT, 1980; MOURA, 1992-1994; BARBOSA, 1998; LONER, 1999; BACELAR, 2001; LANNES, 2002; NASCIMENTO, 2002-2004; SANTOS, 2000-2011; MUNANGA, 2004; GOMES, 2005; DOMINGUES, 2005; OLIVEIRA, 2006).

¹³ A palavra discriminar significa “distinguir”, “diferenciar”, “discernir”. A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se nas doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam (GOMES, 2005, p.55).

¹⁴Entrevista realizada no dia 26 de outubro de 2007.

Sobre o “Centro Cultural Marcílio Dias”, provavelmente respondendo a algumas inquietações de pessoas preocupadas com as divisões raciais no Brasil, já que o clube foi fundado basicamente para alfabetizar negros, Carlos Santos em discurso na Rádio Farroupilha no dia 21 de abril de 1936:

Não é demais repetir: nós não somos como muitos julgam, promotores de um movimento antipático de racialidade que o Brasil não comportaria, antes ao contrário, queremos à luz divina do facho inflamante da alfabetização e da instrução, ministradas a todos os brasileiros sem distinção de cor, classe ou credo (...) Bandeirantes da Alfabetização dos Brasileiros de Cor, principalmente, porque do meio destes pela errônea concepção de inferioridade, produto em grande parte pela falta de instrução (...) (SANTOS, 1937, p.61) (GRIFO NOSSO).

Portanto, mesmo defendendo a comunidade negra, Carlos Santos jamais pensou em fomentar uma sociedade dividida racialmente, e sim projetar o seu grupo a uma condição igual de oportunidades a partir da instrução da busca de méritos.

Quanto às sociedades carnavalescas, por dez anos, Santos participou do Clube Carnavalesco “Braço é Braço” como apontado também por Loner (1999), além de orador oficial do cordão, já que antes das festas e bailes ele tinha como intenção a ascensão de sua comunidade, segundo suas próprias palavras: “não era o carnaval o motivo da minha atividade ali; um ideal superior e uma aspiração mais nobre eu deixava transparecer através das minhas palavras: o soerguimento moral e cultural da minha raça” (SANTOS, 1937, p.2).

Nesse sentido, ele ensinava no seio de sua família e aprendia e ensinava nas associações negras o que o negro deveria fazer para vencer e conquistar os seus sonhos os seus ideais.

Em família ele incentivou constantemente os seus, de acordo com Neiva Santos: “Ele sempre aconselhava a estudar e a lutar, sempre aconselhava que o negro devia vencer pelo estudo, ele sempre incentivava a lutar para se igualar, condições todos temos, não estudou por que não quis, porque condições a pessoa vai a luta e consegue (...)”.¹⁵

Carlos Santos era referência na década de 1950 para a imprensa negra pelotense. Principalmente para os organizadores do Jornal “A Alvorada”, que

¹⁵*Ibidem.*

motivava seus leitores, a comunidade negra, a estudar para melhorar as suas condições econômicas e sociais (SANTOS, 2000, p.93).

Mesmo com sua mudança para Porto Alegre, Carlos Santos continuou a participar das associações negras e a defender os ideais relacionados à comunidade negra.

As práticas políticas de Carlos Santos em Plenário

Das 318 intervenções realizadas por Carlos Santos como deputado estadual, entre 1959 e 1974, 113 ou 35,21% - simplesmente mais de um terço - foram em torno das demandas da atividade econômica da pesca e das gentes do mar (73)¹⁶ e (40) da identidade negra.¹⁷ Perfazendo uma considerável mediação política em torno dessas causas, que tiveram como efeito, em nosso entendimento, uma considerável contribuição para as políticas públicas atuais de ambos os grupos, e conseqüentemente para os avanços de um país mais justo.

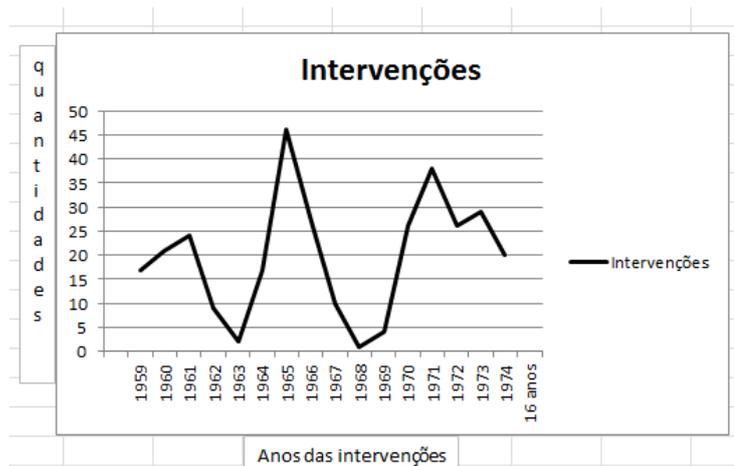
Enfatiza-se que a ação e o discurso são as formas com que os seres humanos aparecem uns aos outros. Uma vida sem discurso e sem ação é literalmente morta para o mundo, deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens. O agir, em seu sentido mais geral, significa tomar iniciativa, intervir, iniciar, começar, conduzir e, finalmente, governar, imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*) (ARENDDT, 2011, p. 220-221).

Abaixo, o gráfico aponta para as oscilações das intervenções do tribuno no parlamento, notadamente tendo no ano de 1965 o seu pico, por ocasião de suas ações de valorização da pesca. No intuito de enfrentar a crise financeira do Estado, Carlos Santos propôs a Campanha Estadual de Valorização do Pescado, instituída pela Assembleia.

¹⁶As “Gentes do mar”, em síntese são compostas por todos aqueles cuja sua existência “depende do mar, como construtores e fornecedores de gêneros aos navios, todos que praticam a arte da navegação na cidade e no campo, trabalham para a indústria marítima e as famílias que dependem do trabalho do marinhaio” (MOLLAT *apud* CANTO, 2012, p.13).

¹⁷A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros (GOMES, 2005, p.43).

Gráfico I – Oscilações das intervenções de Carlos Santos (1959-1974)



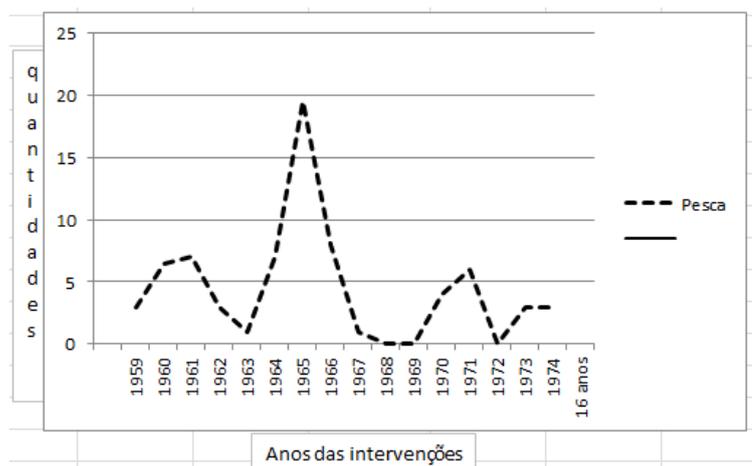
Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Contudo, suas ações eram estimuladas principalmente para sanar os problemas dos pescadores, através do desenvolvimento da atividade da pesca como um todo, desde a estrutura, porto, indústria, estudos técnicos, consumo, habitação dos pescadores e frigoríficos. Visto por ele, como possibilidade de melhora econômica do Brasil, do Rio Grande do Sul, mas principalmente do município de Rio Grande, sua terra natal, localizada no Extremo Sul do Estado.

Ou seja, para ele a Campanha de Valorização do pescado deveria reunir ganhos para todos, em equilíbrio constante entre o capital, do lado dos empresários; e o trabalho, vinculado aos pescadores, em harmonia. Por isto além dos pescadores, suas práticas estiveram vinculadas aos incentivos dos setores industriais de Rio Grande, identificado em seu relacionamento com Fernando Martins Bastos (1907-1987)¹⁸ a quem inclusive Carlos Santos prestou homenagem da tribuna.

Gráfico II – Intervenções do parlamentar sobre a atividade da pesca (1959-1974)

¹⁸ Em meados de 1960, a tendência, motivada pelos militares, era diversificar os negócios empresariais. Por isso, o empresário Fernando Martins Bastos de Rio Grande, decidiu investir em hotéis, indústria alimentícia, pecuária, fertilizantes e outros setores. O empresário, do ramo de combustíveis, negociou com o governo militar, conquistando prestígio e poder econômico (CEZAR, 2011).



Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Porém, as intervenções de Carlos Santos se alteraram com o tempo, já que segundo os seus discursos os setores empresariais foram os mais beneficiados pelas políticas econômicas no contexto do regime militar, o que não ocorreu da mesma forma para o lado dos pescadores artesanais.

Quanto as questões negras, Carlos Santos acreditava na democracia racial brasileira. Porém, com o tempo, devido a situações de discriminação racial em clubes negros, o parlamentar passou a questionar as relações raciais cotidianas existentes. Santos denominava as práticas discriminatórias de “pruridos racistóides”.¹⁹

Santos, com tristeza e revolta, subiu à tribuna, no dia 4 de fevereiro de 1965, para - como primeiro orador inscrito - denunciar os “estúpidos inimigos da nação” da cidade de Pelotas-RS, por não terem permitido a entrada de Francisco de Paula Soares, vereador da cidade, e de mais dois amigos negros no Clube Oásis Praia Club, pois como disse:

Venho hoje a minha tribuna sob impulso de um sentimento de um misto de tristeza e revolta para verberar a estupidez dos ‘pruridos racistóides’ dos proprietários dos “Oásis Praia Club” situado no Balneário Balverde, na fidalguia, democrática e hospitaleira terra pelotense. Noticiou a Zero-Hora, de ontem que o Vereador Francisco de Paula Soares, figura destacada na Câmara Municipal e dos meios comerciais de Pelotas, teve, com mais dois amigos sua entrada

¹⁹Carlos Santos era um intelectual, homem esclarecido. Devido a isto utilizava com inteligência a palavra “prurido” em seus discursos com consciência, pois ele sentia esta situação como algo desagradável permeando as relações entre brancos e negros brasileiros no que tangia a cor da pele. Pois, prurido (do latim “*pruritu*”), designado também por coceira ou comichão, corresponde a uma sensação desagradável causada por doenças ou agentes irritantes, que levam o indivíduo a coçar-se em procura de alívio, e constitui uma das queixas mais comuns dentro das patologias dermatológicas.

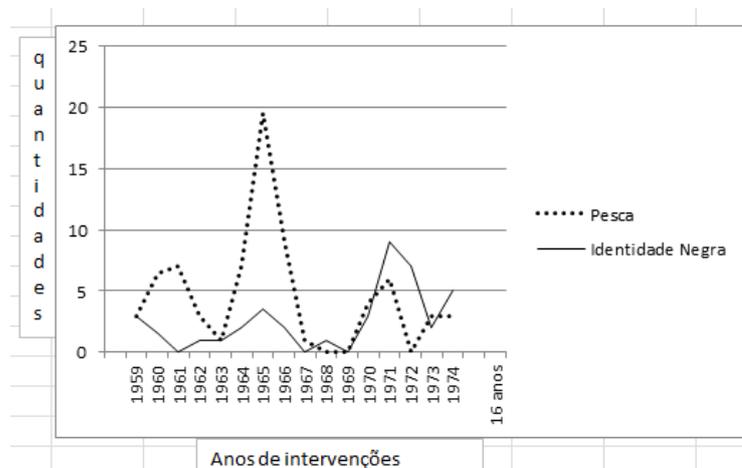
proibida naquele clube pura e simplesmente pela coloração pouco clara de sua epiderme²⁰ (GRIFO NOSSO).

Nota-se que Francisco Soares era vereador, portanto com condições econômicas para frequentar o Clube. Carlos Santos acreditava muito que com as questões econômicas estabelecidas, poucas possibilidades restariam aos problemas raciais. Mas acredita-se que depois desse episódio, ele notaria mais uma vez que os “pruridos racistoides” era para além das questões econômicas. Seguindo sua intervenção:

Ocorre que o referido edil e seus companheiros adquiriram os ingressos que lhes foram vendidos por outro vereador, para um churrasco no domingo último, naquele clube praiano. Ao se apresentarem, porém, no local de reunião, o porteiro e vice-presidente da entidade num gesto revoltante de requintado racismo alegaram que a entrada ali era vedada a pessoas de cor, embora portadoras de ingresso cujo valor entretanto, não lhes foi devolvido (...) o vereador e seus amigos levaram o caso aos tribunais a fim de que os donos do clube arianófolo respondam perante a justiça (...).²¹

Já, em seu último mandato como deputado estadual (1971-1974), as questões étnicas superam as demais atividades do deputado no parlamento. Conforme o observado no gráfico, nota-se o aumento dos temas da identidade negra, em comparação com a pesca:

Gráfico III – Comparações sobre intervenções da pesca e da identidade negra (1959-1974)



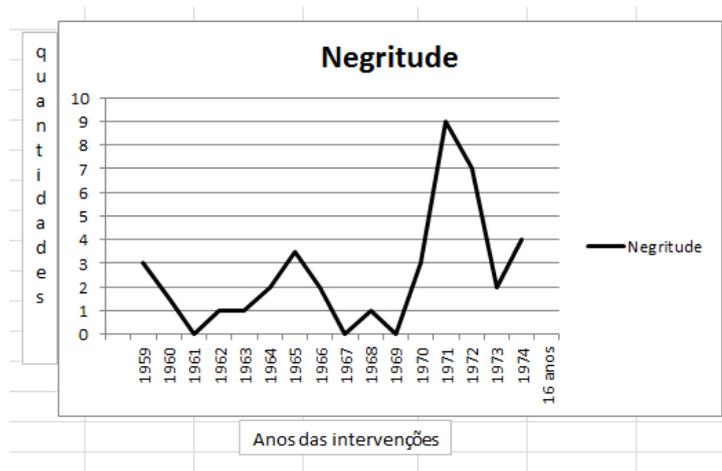
Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

²⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dez. 1964 a Fevereiro de 1965, Vol. 182. p.273-274.

²¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dez. 1964 a Fevereiro de 1965, Vol. 182. p.273-274.

O contexto da década de 1970 possibilitou o uso da tribuna por Carlos Santos para referenciar a comunidade negra sul-rio-grandense, brasileira e africana. Personalidades simbólicas e efemérides históricas, como um enterro digno aos restos mortais da princesa Isabel, o centenário de morte do poeta Castro Alves, o dia internacional de luta contra o racismo, a alusão a Zumbi dos Palmares, as independências dos países africanos de língua portuguesa, o Biênio da Colonização e Imigração no Estado do Rio Grande do Sul, além das inúmeras personalidades negras citadas em suas intervenções, no contexto do civismo possibilitado pela Assessoria das Relações Públicas dos Militares,²² bem como pela crise do petróleo, em que os mercados africanos tornaram-se necessários à economia nacional, possibilitaram o aumento de suas intervenções a favor da identidade negra e das nações africanas.

Gráfico IV– Intervenções de Carlos Santos sobre a identidade negra (1959-1974)



Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

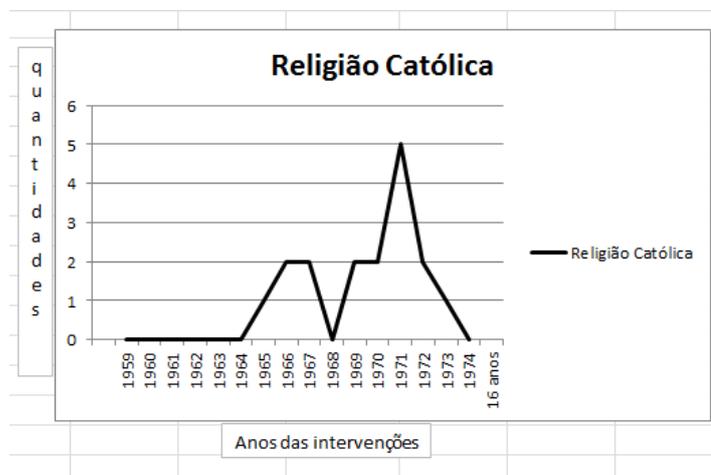
Todavia, desde o seu primeiro mandato como deputado estadual, Carlos Santos levantou a bandeira da negritude. Não sendo, segundo ele, a negritude ideológica desenvolvida no período, mas sim a de afirmação da identidade

²² Nesse contexto foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). Baseada em uma visão sobre o futuro positivo do Brasil, como analisou Carlos Fico (1997), essa agência ressignificou os conteúdos de longa duração existentes na “alma” da sensibilidade poética brasileira, “advindas desde os mitos expressos no longínquo campo literário, poemas, textos, milhões de falas e de imagens ao longo dos séculos”. Devido à criação da AERP ter ocorrido no contexto do chamado “milagre econômico”, foi possível o desenvolvimento de uma retórica sobre a “grandeza viável e tangível do Brasil”. Afinal de contas, o país era “predestinado” às benesses. Para Carlos Fico, “divulgar as grandezas do Brasil nunca será considerado ato de propaganda, mas recurso pedagógico realista” (FICO, 1997, p.74-81).

negra, que em nosso entender fortalecia, a ideologia política da negritude nas práticas políticas de Carlos Santos.²³

Nesse contexto de autoritarismo, eram complicadas as pressões e os problemas enfrentados quanto aos debates referentes à discriminação racial, pois, como afirmou José Correia Leite, fundador da organização negra *Frente Negra Brasileira*,²⁴ em entrevista referente às homenagens dos 80 anos da abolição: “falar de racismo era tabu” (CADERNOS BRASILEIROS, 1968). Devido a isso, acredita-se que, para enfrentar o preconceito, bem como as dificuldades da época, o parlamentar utilizou de sua fé como forma de fortalecimento. Nota-se que os discursos católicos, sua crença, aumentaram consideravelmente, do meio para o final de sua última legislatura.

Gráfico V – Intervenções católicas (1959-1974)



Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

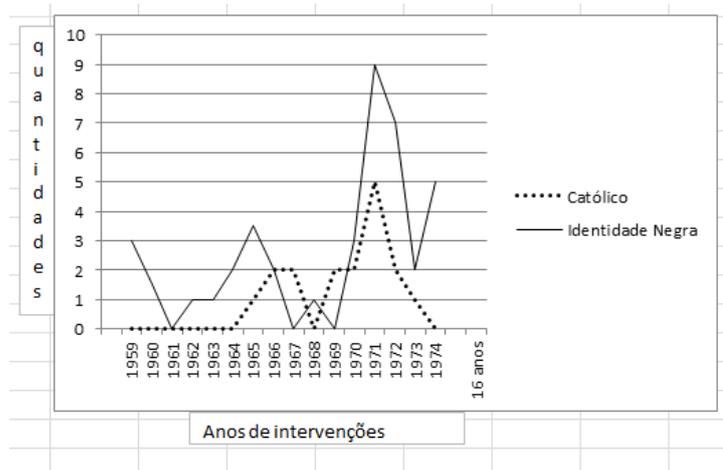
Essa relação entre as demandas da identidade negra e a sua fé católica ficam mais evidentes no próximo gráfico, em que as duas linhas aumentam conjuntamente na sua última legislatura (1971-1974). Se analisar, no início de

²³ Negritude é um conceito polissêmico, como observou Zilá Bernd. A referência, nesta tese é a interpretação da negritude em sentido amplo, que remete à vontade de ser, à afirmação da validade universal do negro e não a ideológica, que especificou a raça e a sua supremacia sobre o universal (BERND, 1987, p.31). Embora as tensões em torno do conceito sejam identificadas nos discursos do deputado.

²⁴A Frente Negra Brasileira, organização negra, fundada em São Paulo, e as suas existências em diversos cantos do Brasil, com núcleos na Bahia, Rio Grande do Sul e de Pernambuco. (GOMES, 2008). Na historiografia brasileira, bem como em outras áreas das ciências humanas, existe um número considerável de pesquisas sobre a Frente Negra, bem como sobre os congressos afro-brasileiros e negros (LUNA, 1976; FERNANDES, 1978; BASTIDE, 1979; SINGER; BRANT, 1980; MOURA, 1992-1994; BARBOSA, 1998; LONER, 1999; BACELAR, 2001; LANNES, 2002; NASCIMENTO, 2002-2004; SANTOS, 2000-2011; MUNANGA, 2004; GOMES, 2005; DOMINGUES, 2005; OLIVEIRA, 2006).

sua trajetória como deputado estadual, somente após seis anos de mandato o parlamentar citou o catolicismo. E não por coincidência, no Golpe Civil-Militar, em que a Igreja, como outros setores civis conseguiram estabelecer, não sem tensões, o diálogo com os militares.

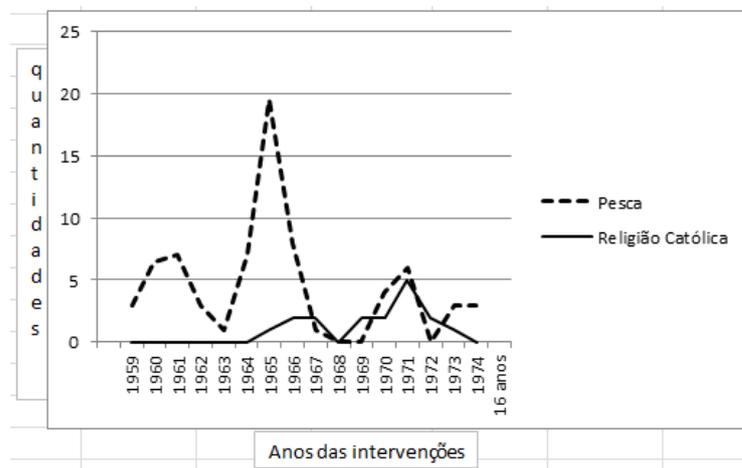
Gráfico VI - Comparações sobre intervenções Católicas e da Identidade Negra (1959-1974)



Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

O que não aconteceu com a assertiva da pesca, mantida sempre à frente das questões católicas, como se observa.

Gráfico VII - Comparações sobre intervenções da pesca e católicos (1959-1974)



Fonte: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

A comissão em homenagem ao negro no biênio da colonização e imigração (1974)

Para representar a contribuição dos africanos à formação cultural, política, social, convidou-se o parlamentar negro Carlos Santos, que ficou responsável de formar a Comissão das homenagens da “imigração” dos africanos para o Rio Grande do Sul,²⁵ nada mais pertinente.

O deputado Victor Faccioni, presidente da Comissão Coordenadora do Biênio da Colonização, na época também secretário extraordinário para assuntos da Casa Civil do Estado, discursou sobre a instalação da Comissão em Homenagem ao Negro, e salientou:

O negro não foi imigrante nem colono. Mas foi peão de estância, foi domador, foi cavaleiro, foi soldado, foi revolucionário, foi braço anônimo que carregou pedra na construção ciclópica dos molhes de Rio Grande e braço que bateu pino (...) foi marinheiro – imperial marinheiro – na guerra do Paraguai e deu exemplo de amor à Pátria (...)²⁶ (GRIFO NOSSO).

O parlamentar destacou a importância do braço negro desde a construção da Barra de Rio Grande e como imperial marinheiro, em uma alusão a Marcílio Dias, o que deve ter deixado Carlos Santos, satisfeito, pois ele era rio-grandino. Logo, depois, Victor Faccioni, concluiu, enunciando que confiava ao seu “digno colega de Assembleia Legislativa, o ilustre dep. Carlos Santos, a quem o governo do estado confiava a presidência da Comissão de Homenagem ao Negro”. O deputado recebeu o convite com alegria.

Para Faccioni, a “Comissão tinha por objetivo ser interprete fiel dos sentimentos do povo gaúcho para quem jamais importou a cor da epiderme dos seus irmãos negros, mas o que se lhes vê nos olhos limpos e leais, sinceros e fraternos (...) corações de patriotas e de rio-grandenses”.

Em sua última ação discursiva na Casa, realizada no dia 26 de novembro de 1974, Carlos Santos disse: “Dentro do Biênio da Imigração e Colonização, ora em plena transcorrência no Rio Grande do Sul, o governo do Estado, promoveu

²⁵ Carlos Santos em nenhum momento comparou como ocorreram as dinâmicas das vindas dos grupos étnicos para o Estado, já que os africanos vieram como escravizados. E sim, promoveu aspectos relacionados com a contribuição africana ao Estado. Demonstrando que incitar conflitos étnicos não eram as características de suas ações.

²⁶ Discurso proferido pelo deputado estadual Victor Faccioni. Assembleia Legislativa, Porto Alegre, 25 de março de 1974(FACCIONI *Apud* BENTO, 1976, p.18).

e o povo consagrou a exaltação da presença do negro na composição étnica e espiritual do homem sul-rio-grandense”.

Carlos Santos, na sequência de seu pronunciamento, relacionou a identidade negra com o continente africano, estabeleceu um diálogo até então inexistente em seus discursos, sobre a contribuição negro-africana na formação do Estado. Pois, antes os africanos eram vistos como povos do exterior, com problemas raciais próprios. Agora, os africanos passam a ser relacionados com o desenvolvimento cultural, social e econômico do Rio Grande do Sul.

Conforme Santos:

O inestimável alcance da contribuição africana no trabalho, nas expressões da cultura e vida social, na conquista e consolidação de nosso território, a formação, desenvolvimento e integração deste Estado, embasaram o diploma legal que determinou aquelas comemorações cuja Comissão Executiva me dei a insigne honra da Presidência.²⁷ (GRIFO NOSSO).

O deputado presidiu a comissão, específica, da Comunidade negra nas festividades do Biênio da Imigração e Colonização. Sua equipe de trabalho foi organizada com as seguintes subcomissões:

Tabela 01 – Das subcomissões relativas aos estudos da comunidade negra no Biênio da Imigração e da Colonização

Subcomissão	Nomes
Comissão de Assuntos Históricos e Culturais	Professora Geraldina da Silva
Comissão de Relações e Intercâmbios	Dr. Gilberto Brasil
Comissão de Festividades	Júlio Soares
Comissão de Imprensa	Dr. Elói Dias dos Ângelos

Fonte elaborada pelo autor, baseado nos ANAIS DA ASSEMBLEIA, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.107.

Conseguiu-se identificar, nesta pesquisa, por intermédio de correspondências e dos próprios Anais, duas personalidades negras de destaque nas associações negras porto-alegrenses: Júlio Soares e Elói dos Ângelos.

Júlio Soares exerceu a presidência da Sociedade Beneficente Floresta Aurora nos anos de 1953 a 1955, e entre 1960 até 1965 foi o presidente que mais

²⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.06.

anos esteve à frente da organização.²⁸ Sob seu comando, a sociedade tinha uma respeitável administração e intensa atividade associativa e informativa, principalmente no que diz respeito ao envio de correspondências aos seus associados e simpatizantes.²⁹ Já Elói dos Ângelos, além de jornalista identificado com as causas da identidade negra na época, atualmente continua produzindo em periódicos da Associação Negra de Cultura.³⁰

As seguintes ações foram realizadas pela Comunidade negra nas festividades do Biênio da Imigração e Colonização:

- 1) Solene Festa na Igreja Nossa Senhora do Rosário com ato religioso;³¹
- 2) Sessão Solene na Assembleia Legislativa;
- 3) Show no Gigantinho com demonstrações afro-brasileiras e apresentações de cantores da música popular brasileira;
- 4) Painéis e ciclos de estudos com a presença de Dante Laitano; José Pompílio da Hora, que foi integrante do Teatro Experimental do Negro, Sejalmo Sebastião de Paula Nery, Neuza da Silva Vitória e George de Assumpção Alakija; exposição de motivos históricos e afro-brasileiros com apresentação audiovisual;
- 5) E, finalmente, baile de exaltação afro-brasileira nos Salões de Festas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.³²

²⁸ A Sociedade Beneficente Floresta Aurora nasceu no dia 31 de dezembro de 1872. É a sociedade negra mais antiga do Brasil fundada por Polydorio Antônio de Oliveira, negro forro, na cidade de Porto Alegre. (MÜLLER, 1999).

²⁹ A correspondência utilizada foi localizada no Acervo particular do senhor José Domingos Silveira Alves. Seu José tem 74 anos de idade e é Conhecido como o “catador de papéis”. Para saber mais do seu José e de seu importante acervo (PEREIRA, 2006). Para um estudo detalhado sobre as trocas epistolares entre as organizações negras (GOMES, 2010).

³⁰ A Associação Negra de Cultura foi fundada por Oliveira Silveira (1941-2009), Evandoir dos Santos e Maria Cristina dos Santos.

³¹ A Irmandade do Rosário foi criada em Porto Alegre no ano de 1786. Formada, em um primeiro momento por um grupo de negros livres e escravizados, consolidou-se pelo ocupação de um espaço burocrático com regras definidas pela Igreja Católica. Criou-se uma comunidade de resistência negra dentro da estrutura da Igreja. O objetivo desses negros era a defesa de seus interesses a busca de ascensão social. Muitos negros tinham posses e capital. Liane Muller investigou as origens dessa irmandade bem como algumas figuras de destaques. Por intermédio de sua pesquisa compreende-se que a partir da Irmandade do Rosário, muitos negros, que dela participaram, destacaram-se na organização de jornais e na criação de associações e entidades negras. Entre elas a Sociedade Floresta Aurora, de 1872 (MÜLLER, 1999).

³² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.107.

Além das atividades, Carlos Santos destacou a presença de representantes africanos nas atividades dos ciclos de estudos, demonstrando efetivamente que as relações entre o Brasil, e principalmente entre o Estado do Rio Grande do Sul com os países africanos (contando com a mediação do tribuno) foi relevante nesse período.

Do púlpito do plenário, enfatizou:

Entre as figuras mais representativas do Estado e do País que prestigiaram a solenidade as solenidades bienais com sua presença queremos destacar o mundo Diplomático Africano no Brasil, nas pessoas dos embaixadores da Costa do Marfim, Nigéria, Senegal e Zaire e representação de Gana, sendo que o ciclo de estudos foi realizado sob a presidência de Sua Excelência o Doutor Assene Bassirou Diouf, Embaixador do Senegal, representando também Sua Excelência o Doutor Alioune Sene, Ministro da Cultura de seu país (...).³³ (GRIFO NOSSO).

Essa participação no biênio da colonização no Rio Grande do Sul não foi de ocasião. Destaca-se que “as representações diplomáticas africanas no Brasil e as brasileiras na África foram ampliadas no período de forma a dar mais densidade política à dimensão econômica das relações (...)” (SARAIVA, 1998, p.169). Relações econômicas, políticas e culturais.

Conforme enunciou, a principal preocupação de sua última participação no parlamento sul-rio-grandense era motivada por duas situações, ambas referentes ao Biênio da Imigração e da Colonização. A primeira era a transcrição nos Anais da Casa, do discurso do embaixador da Costa do Marfim, Seydou Diarra, e sua segunda preocupação era divulgar no parlamento as conclusões dos ciclos de estudos afro-brasileiros. Ambas ações compunham as atividades alusivas as efemérides do Biênio.

A carta de Seydou Diarra, transcrita por intermédio de Carlos Santos nos Anais da Assembleia, de certa maneira, surpreendeu sob o ponto de vista de como os africanos percebiam o Brasil, o que se constituiu em um paradoxo do que estava ocorrendo no pensamento e nas ações de Carlos Santos, que anunciava preocupado o aumento da discriminação racial em nosso cotidiano. Como escreveu Diarra:

³³ *Ibidem.*

Caros Irmãos,

No momento em que festejais, juntamente com outros irmãos brasileiros de origem diferente, a lembrança da colonização e da imigração dos vossos, nesta parte do Continente Americano, é-nos muito agradável saudar a memória de tantos pioneiros que contribuíram – com tanto esforço e suor – para o engrandecimento desta Nação Brasileira, hoje tão imponente. Quando nos voltamos para o passado e a História nos revela como desembarcastes neste país, somos intimamente tomados de profunda admiração e, por que não dizer, de veneração pelo espírito de concórdia e de pacífica coexistência que reina no seio de vossa grande sociedade, este meiting-pot³⁴ de mais de cem milhões de pessoas (...)³⁵ (GRIFO NOSSO).

Diarra teceu rasgados elogios a democracia racial brasileira. Para representantes da comunidade negra, como Abdias do Nascimento (1914-2011),³⁶ essa condição de multirracialidade do Brasil no exterior era fruto da ideologia da harmonia racial, difundida por meio de *slogans* sobre igualdade, apresentando nosso país no exterior como modelo de convivência racial (NASCIMENTO, 1968, p.3).

Seguindo a carta, Diarra, disse que os brasileiros eram:

(...) Membros de uma comunidade na qual simbiose e osmose constroem um único mundo e, conseqüentemente, uma lição para a humanidade, caros irmãos afro-brasileiros, nós só podemos admirar e (sic) apreciar vossa dignidade e vosso humanismo que são também nossos. Saiba, simplesmente, que neste período de evocação histórica, sentimo-nos mais do que nunca ao vosso lado e voz exortamos a elaborar sem tréguas pela causa da melhor compreensão entre os homens. Nossa satisfação hoje é grande, de ver (sic) livres e felizes integrando uma sociedade multirracial sem complexos (GRIFO NOSSO).³⁷

Essa correspondência de Diarra parece estar descompassada com os novos pensamentos de Carlos Santos, que justamente estava combatendo os pruridos racistoides. Ainda, segundo a carta de Diarra:

Apesar da distância que nos separa, o oceano entre nossos Continentes – testemunha de nossa história comum – constitui um traço de união entre nossos povos e suas ondas - que se quebram infatigavelmente em nossos litorais – se movem ao ritmo de nossos corações de irmãos

³⁴ Caldeirão de etnias, adaptação, modelagem.

³⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.108.

³⁶ Fundador do Teatro Experimental do Negro em 1944, no Rio de Janeiro. Abdias foi para o auto-exílio nesta época. Na década de 1980 elegeu-se deputado e senador do Brasil. É considerado um dos mais representativos líderes da causa negra no parlamento brasileiro (SANTOS, Sales, 2009).

³⁷ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.108.

por longo tempo separados que festejam o reencontro em meio a alegria, paz e concórdia.

Desejamos pleno sucesso as vossas manifestações – símbolo de amizade e de fraternidade entre as raças.³⁸(GRIFOS NOSSO).

Ambassador

(a) Seydou Diarra.

Observa-se que o espírito da concórdia, do pacifismo e da multirracialidade brasileira era respeitado por Seydou Diarra, o que de certa maneira era constantemente procurado por Carlos Santos, contudo os “pruridos racistoides” jamais, em nosso entendimento, significavam regra na sociedade vivida por ele, mas exceções. Mazelas pontuais que deveriam, energicamente, serem combatidas sob o risco de virarem a regra.

Contudo, para Abdias do Nascimento, “a democracia racial servia ainda para manter o negro enganado e domesticado” (NASCIMENTO, 1968, p.3). Com o que não se concorda, pois, por meio dessa ideologia, protagonistas políticos como Carlos Santos mantinham sua agenda política, não somente com retrocessos, mas avanços, possibilitados pelas negociações.

Todavia, concorda-se que a carta de Diarra era de alguém de fora percebendo as relações étnico-raciais brasileiras, o que de certa forma era explorado pela AERP, dos militares, que divulgaram o Brasil como paraíso racial.

Por outro lado, as conclusões dos “Ciclos de Estudos”, que ocorreram nas atividades do “Negro no Biênio da Imigração e da Colonização”, tinham uma proposta diferente. Nitidamente, de quem estava vivenciando as novas demandas da identidade negra brasileira.

No Ciclo de Estudos, os participantes concluíram - conforme “conferências e programações específicas” - a “necessidade de promover maior integração do negro no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade brasileira tendo em vista seu valor no contexto geral do país”.³⁹ Ora, se o país fosse harmônico ou plenamente multirracial não necessitaria de ações como essa. O certo foi que para atingir esse objetivo da integração, segundo a intervenção do deputado por meio do documento (re) passado à taquigrafia da Casa, os participantes enfatizaram a necessidade de:

³⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.108.

³⁹ *Ibidem*.

- a) Conscientização de si mesmo;
- b) Conhecimentos dos direitos e deveres como integrante valioso e imprescindível da sociedade a qual pertence;
- c) Aceleração do processo intencional de mudança da própria imagem no panorama sociocultural, através da atividade de autoformação, orientadas e estruturadas pelos agentes da educação;
- d) Reativação dos valores familiares orientados especialmente com vistas a unidade comunitária;
- e) Atuação da Escola e dos Órgãos comunitários como instrumentais de serviço e de valorização do negro e de sua integração como Pessoa Humana no contexto brasileiro considerando que seu acesso a níveis mais elevados, deve ser embasado na espiritualidade, cultura e política.
- f) Quanto à execução dos objetivos traçados se fez necessária a criação de um Centro de Cultura Afro-Brasileira no âmbito estadual estruturado em centros pilotos a nível municipal incumbido de promover divulgação e manter intercâmbio com associações congêneres. Tal organismo teria como requisito primordial para a participação, evidência do interesse do participante.⁴⁰ (GRIFO NOSSO).

Além desses itens, bibliografias foram indicadas com vistas a pesquisar o negro brasileiro e, por fim, “na mesma linha de pensamento e ação, os participantes do Ciclo de Estudos Afro-Brasileiros”, propuseram dar continuidade as ideias manifestadas.⁴¹

Demonstrando um reconhecimento dos problemas enfrentados pelos negros brasileiros, principalmente em relação ao item “e” que primava pela “Atuação da Escola e dos Órgãos comunitários como instrumentais de serviço e de valorização do negro e de sua integração como Pessoa Humana no contexto brasileiro”, caracterizando o oposto do que foi escrito no documento formulado pelo embaixador da Costa do Marfim, Seydou Diarra, que via o Brasil, sob o seu ponto de vista, como “exemplo multirracial”.

Carlos Santos, encerrando seu discurso, com a sensação de ter agido da melhor maneira possível a respeito da comunidade negra sul-rio-grandense, disse que “pelo expressivo conteúdo social e humano, merecem de fato esses dois documentos figurar nos Anais da Casa do Povo Rio-grandense (...)”. E, finalizando, suas falas, no parlamento do Estado, concluiu:

É válido ainda o ensejo para registrarmos aqui, como presidente da Comissão Executiva, os mais efusivos agradecimentos a quantos de

⁴⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Outubro a Dezembro de 1974. Vol. 271.p.108.

⁴¹ *Ibidem*.

qualquer modo, nos setores oficiais ou privados, oferecerem sua inestimável contribuição para o êxito pleno de que se revestiram o Rio Grande do Sul, as celebrações em homenagem ao Negro no Biênio da Imigração e Colonização (sic). Muito obrigado. ⁴²

Na publicação da monografia referente aos negros e seus descendentes no Rio Grande do Sul, de autoria de Claudio Moreira Bento (1976), também publicado dentro das atividades do Biênio e prefaciado por Carlos Santos, o parlamentar escreveu:

Reafirmo aqui a assertiva de que o negro não foi colono nem imigrante. Na autenticidade de sua figura máscula de fator de trabalho, riqueza e prosperidade e desenvolvimento econômico, grandeza material e moral do Brasil, ele não revelou do imigrante, os anelos da Pátria adotiva nem do colono, as cogitações da devoluta terra para o amanhã compensador. O negro veio apenas para trabalhar, empenhando o braço, as energias, o sangue, a liberdade, a vida, tudo enfim, e se fazer presente com a mescla de seus atributos mais ricos, na formação da própria nacionalidade em construção(SANTOS in BENTO, 1976, p.01) (GRIFO NOSSO).

Conforme as afirmações grifadas, o parlamentar considerou os imigrantes europeus mais privilegiados que os negros africanos, pois ganharam terras devolutas para trabalhar, o que compensou todo e qualquer tipo de sofrimento. Quanto aos negros, esses vieram somente para trabalhar e lutar pela sua liberdade; como fator positivo, o deputado elenca que esses atributos foram ricos. E enfatizou que a “própria nacionalidade estava em construção”. Definitivamente, estabelecendo o oposto do que ele próprio pensou por muitos anos: que o Brasil era uma nação formada pela “fusão das raças”.

Carlos Santos, interpretando a contribuição da pesquisa monográfica em questão, disse:

Poderia motivar que velhos critérios viessem positivar o entrelaçamento positivo do negro na História e vida e nos destinos do Rio Grande do Sul (...) para aprimorar os padrões da nossa convivência inter-racial, mas vive obstinada na preocupação meramente indagativa da existência, ou não do racismo entre nós, pode haurir disposição e entusiasmo bastantes para a conjugação de esforços no brasileiro da luta real e democrática contra os focos do estúpido preconceito (SANTOS, Carlos in BENTO, 1976, p.08 (GRIFO NOSSO).

⁴² *Ibidem.*

No descrito acima, Carlos Santos percebeu o problema do racismo. O parlamentar via nessa publicação o resultado de algo há muito esperado, já que resumiu, parafraseando Claudio Moreira Bento, que:

A inspiração do governo e povo do Rio Grande do Sul, em boa hora resolveram, numa iniciativa sem precedentes, homenagear os rio-grandenses de ascendência africana negra que ajudaram a construir a grandeza do Rio Grande do Sul durante quase três séculos e meio. O governo e Povo do Rio Grande do Sul “resgatarão” (sic), assim, uma grande dívida histórica.⁴³

Interessante que o deputado, ao citar a homenagem aos “rio-grandenses de ascendência africana-negra”, projeta uma identidade híbrida, uma identidade diaspórica (GILROY, 1993). Pois, agora, para Carlos Santos, era legítimo a identidade negra reivindicar seus elos com o Continente Africano. Antes, seus discursos primavam pelo distanciamento da África, pois, “as representações do continente eram hostis à democracia racial vivenciada no Brasil”.

Outra situação a referenciar foi quanto à sua proposição direta ao governo, publicada em sua obra sobre a contribuição dos negros: “resgatarão” uma grande dívida histórica. Sim, “resgatarão”, o deputado usou o verbo, parafraseando Cláudio Bento, no futuro. Em um jogo semântico, seria possível interpretar que Carlos Santos à luz de Bento (1976) estava afirmando que o Rio Grande do Sul ainda não compensou o negro pela sua contribuição na formação cultural, econômica e social do Rio Grande do Sul. Seria uma alusão às políticas reparatórias?

Em outra passagem da abertura da obra, Carlos Santos, nitidamente convicto das façanhas dos heróis “gaúchos” na “Guerra dos Farrapos”, ressaltou que o historiador militar Claudio Moreira vinha contribuindo fielmente para as pesquisas do negro no Estado, ao demonstrar que: “a paz de ‘Poncho Verde’, final da Revolução Farroupilha, foi a primeira libertação em massa de escravos negros no Brasil”. Demonstrando acreditar, assim como Claudio Bento (1976, p.172): “na surpresa de Porongos, em 14 de novembro de 1844”.

⁴³ *Ibidem.*

E o historiador militar vai mais longe ao afirmar que: “o sacrifício dos Lanceiros Negros para salvar ao máximo o exército, o ideário da República Rio-Grandense, é comovente e deve emocionar todo o filho do Rio Grande do Sul, justificando uma homenagem póstuma, ainda que tardia, do Governo e Povo do Rio Grande do Sul” (BENTO, 1976, p.173).

Tanto Bento quanto Carlos Santos defendiam a “surpresa” e não a “traição” no episódio ocorrido na Serra de Porongos, fato superado na historiografia já que, por meio de documentação a ciência histórica, já elucidou que David Canabarro em negociações com o Barão de Caxias acertaram matar “os negros e poupar o sangue de índios e brancos” (MAESTRI, 1993; FLORES, 2004; LEITMAN, 2007).

Convém salientar que essas palavras foram escritas em 1976, período em que o parlamentar já estava exercendo seu mandato como deputado federal, em Brasília. Portanto, tem-se a projeção de uma nova fase em suas lutas políticas.

Claudio Moreira Bento, ao final de sua obra, apontou os negros de destaque na sociedade sul-rio-grandense, na época. E, ao destacar Carlos Santos como “um dos mais antigos parlamentares do Brasil”, enfatizou que:

Na Câmara Federal vem desenvolvendo o melhor de seus esforços: experiência parlamentar, inteligência e espírito cristão, em prol do excepcional e do menor abandonado (...) tribuno vibrante e inspirado, coube-lhe saudar em Sessão Solene do Congresso Nacional, em 14 de outubro de 1975, o presidente da República do Gabão (...). Por sua contribuição com a Unidade Nacional e a solução de problemas sociais, poderíamos sintetizar: Carlos Santos – Apóstolo da Paz Social e da Unidade Nacional e Anjo Negro protetor dos menores abandonados e excepcionais do Brasil (SANTOS, Carlos in BENTO, 1976, p.253. (GRIFOS NOSSO).

Claudio Bento (1976) indicou algumas práticas políticas continuadas por Carlos Santos na Câmara dos Deputados, em Brasília. Como a questão do menor excepcional, as relações com a África e a construção da unidade nacional, pois, mesmo intervindo a favor das causas sociais e das minorias étnicas, o parlamentar jamais apontou que as resoluções dos problemas raciais ou sociais do país ocorressem por meio de políticas ou ações que estimulassem conflitos ou divisões.

Conclui-se que neste contexto de aproximações culturais, políticas e econômicas a alusão aos africanos e ao seu continente passou a ter um espaço

privilegiado no Brasil, se é bem verdade em crise, bem como no Estado do Rio Grande do Sul. Devido a isto, Carlos Santos por meio de sua trajetória de vida particular e pública baseada em seu histórico familiar, comunitário e parlamentar na ampla defesa da comunidade negra foi convidado para representar este grupo identitário na Comissão do Biênio da Imigração e da Colonização, permitindo assim a visibilidade parlamentar de suas ações, como representante das demandas da identidade negra sul-rio-grandense. Além de uma homenagem coletiva era uma homenagem individual a um parlamentar assumidamente negro que estava deixando a sua participação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, para cumprir mandato na Câmara Federal, em Brasília.

Referências:

ANAIS DA ASSEMBLEIA DO RS. Porto Alegre, 1947 a 1974. Acervo do Memorial da Assembleia Legislativa, Porto Alegre, RS.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

_____. **O que é política? Fragmentos das obras Póstumas Compilados por UrsulaLudz**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BENTO, Cláudio Moreira. **O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)**. Porto Alegre: IEL, 1976, p.01.

BERND, Zilá. **A questão da negritude**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BERSTEIN, Os partidos. In RÉMOND, René. **Por uma história política**. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2003.p.60-61.

CADERNOS BRASILEIROS, **80 Anos da Abolição**. Rio de Janeiro: Editora Cadernos Brasileiros, 1968. p.1-175.

CANTO, Rafael Antunes do. **O cotidiano das gentes do mar no atlântico dos séculos XV e XVI e suas relações a bordo das embarcações e em terra**. Porto Alegre, UFRGS, Monografia de História, 2012. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67213/000872614.pdf?sequence=1>. Acesso 08 de mar.de 2014.

CEZAR, Willy. **Chico Bastos o pescador**. Rio de Janeiro: UnivercidadeEditora, 2011.

CLEMENTE, Elvo e BARBOSA, Eni. **Carlos Santos, uma biografia**. Porto Alegre, PUCRS, 1995.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, n 23, Rio de Janeiro, UFF, 2007, p. 108. Acesso 18 de jul.de 2012.

ELMIR, Cláudio Pereira. **Os 170 Anos do Parlamento Gaúcho. A Democracia Reconquistada (1983-2004)**. Vol.5. Porto Alegre: CORAG, 2005.

ENCÍCLICA PAPAL RERUM NOVARUM. Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_1-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html. Acesso 12 de jun. de 2012.

FERREIRA, Jorge. Ao mestre com carinho, ao discípulo com carisma: as cartas de Jango a Getúlio. In GOMES, Ângela de Castro. **Escritas de si, escritas da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

FERREIRA, Jorge. Ao mestre com carinho, ao discípulo com carisma: as cartas de Jango a Getúlio. In GOMES, Ângela de Castro. **Escritas de si, escritas da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Rev. Bras. Hist.** vol.24 nº 47. São Paulo, 2004.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.p.142.

GERTZ, René. A colonização no período republicano – segunda fase. **Releituras do Rio Grande do Sul**. CARELI, Sandra da Silva; Knierim, Claudio. Porto Alegre: CORAG, 2011.p. 243.264.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro como contracultura da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

GOMES, Arilson dos Santos. **O Trabalhismo e o Movimento Social Negro brasileiro (1943-1958)**. In: Temporalidades, Belo Horizonte Vol. 4 n. 2 (Ago./Dez. 2012). Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/o8p177.pdf/> Acesso em 17 de out. de 2013.

_____. Correspondências pessoais como fontes de reconhecimento da história de indivíduos e das organizações negras. **Fato&versões**, v. 02, p. 21-39, 2010.

_____. Prelúdios de um encontro histórico envolto a discursos: o dia em que o político negro cortejou o mestre-sala dos mares (1959). In: SILVA, Gilberto Ferreira; _____. **O universo das gentes do mar e a identidade negra nos discursos e práticas políticas de Carlos Santos (1959-1974)**. PPGH-PUCRS, Tese de Doutorado, 2014.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação Anti-racista Caminhos Abertos pela Lei Federal nº10.639/03**. Brasília: Coleção Educação Para todos. SECAD/MEC, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**, 1980.

FLORES, Hilda Agnes Hubner. **Alemães na guerra dos farrapos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

FLORES, Moacyr. **Negros na Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: EST, 2004.

HEINZ, Flavio M. (Org). O Parlamento em Tempos Interessantes - **Breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982**. Porto Alegre, CORAG, 2005.

HUNSCHE, Carlos H. **O Biênio 1824-25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul – Província de São Pedro**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1975.

LONER, Beatriz Ana. **Gerações e conjunturas: a família Silva Santos**. VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis, 2013. Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363121657_ARQUIVO_geracoeseconjunturas.pdf. Acesso em 21 de jul. 2013.

_____. **Classe Operária: Mobilização e Organização em Pelotas: 1888-1937**. Tese de Doutorado, UFRGS, 1999

KUHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Leitura XXI, 2011.

MAESTRI, Mario. **O escravo gaúcho – resistência e trabalho**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1993.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1975.

MÜLLER, Liane Suzan. “**As contas do meu rosário são balas de artilharia**” – **Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920**. 253 f. Dissertação de Mestrado, PUCRS. Porto Alegre, 1999.

ORLANDI, Eni. P. **Discurso e texto – formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Ed. Pontes, 2001.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito Pereira. **Estratégias Negras e Educação**. Porto Alegre: VI Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos – PUCRS, 2006.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2003.

REVISTA DO GLOBO, Porto Alegre, nº 556. 15 de março de 1952, p.34-37. Acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa.

SADER, Éder. Um rumor de botas – Ensaio sobre a militarização do Estado na América Latina. **Coleção Teoria e História 11**. São Paulo: Editora Pólis, 1982.

SANTOS, Augusto dos Santos. “O negro no Poder” no Legislativo: Abdias do Nascimento e a discussão racial no Parlamento brasileiro. MENDES, Amauri; SILVA, Joselina (Orgs.) **O Movimento Negro Brasileiro – escritos e sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009. P.127-163.

SANTOS, Carlos. **O problema da pesca no RS**. Porto Alegre: CORAG, 1967.

_____. **A predestinação do Direito.** Tipografia Leão XIII: Rio Grande, 1951.

_____. **Sucata.** Livraria do Globo: Porto Alegre, 1937.

SANTOS, José Antônio. **Prisioneiros da História. Trajetória de intelectuais na imprensa negra meridional.** PPGH PUCRS, Porto Alegre, 2011. Doutorado em História. < 175TTP://tede.pucrs.br/tde_arquivos/15/TDE-2011-08-29T161019Z-3414/Publico/433237.pdf. Acesso mar.2012.

SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos. **RS Negro – cartografias sobre a produção do conhecimento.** Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010, p.283-302.

SANTOS, Neiva. Entrevista, 2007.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A África e o Brasil: encontros e encruzilhadas. **Revista Ciências e Letras FAPA 21/22**, África Contemporânea. Porto Alegre: Ed. Ponto e Virgula. Novembro de 1998, p.113-172.

TORRES, Luiz Henrique. Parlamentares Gaúchos – **Carlos Santos, trajetória Biográfica.** Porto Alegre: CORAG, 2004.

TORRES, Luiz Henrique. Ciência Oceanográfica, Academia e o Progresso Industrial: Rio Grande na década de 1950. **Revista Historiae**, Rio Grande, 2 (2), 2011, p.175-188.

**Recebido em Outubro de 2014.
Aprovado em Dezembro de 2014.**